

Investimento RE-C06-i01: "Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - SUB investimento Modernização da Formação Profissional"

DELEGAÇÃO REGIONAL DO CENTRO

Serviço de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte

## CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS:

2023.549.02.E1 – EFPI – Polo de Formação da Lousã – Auditoria e Certificação Energética - PRR



## ÍNDICE

<b>I. CLÁUSULAS GERAIS</b>	<b>4</b>
1. Objeto	4
2. Local da Intervenção	4
3. Referência à legislação	4
4. Definições	4
5. Contrato	4
6. Prazo do Contrato	5
7. Preço Base da prestação de serviços	5
8. Obrigações do Contratante	5
9. Obrigações do Prestador de Serviços	5
10. Faturação eletrónica	6
11. Subcontratação e cessão da posição contratual	6
12. Cessão da posição contratual por incumprimento	6
13. Notificações e comunicações	6
14. Publicidade	7
15. Direitos de propriedade intelectual	7
16. Proteção de dados	7
17. Dever de sigilo	8
18. Foro competente	8
19. Produção de efeitos do Contrato	8
<b>II. DISPOSIÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>9</b>
20. Enquadramento e área de intervenção	9
21. Âmbito da prestação de serviços	9
22. Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante	9
23. Caracterização da prestação de serviços	9
24. Constituição da equipa prestadora de serviços	10
25. Faseamento e prazo da prestação de serviços	10
26. Acompanhamento da prestação de serviços	10
28. Prorrogação dos prazos contratuais	11
29. Honorários e condições de pagamento	11
30. Penalidades por violação dos prazos contratuais	11
31. Resolução do Contrato por parte do Contratante	12
32. Resolução do Contrato por parte do Prestador de Serviços	12

## I. CLÁUSULAS GERAIS

### 1. Objeto

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços de para o desenvolvimento de um serviço integrado que permita conhecer o atual desempenho energético-ambiental de um edifício para instalação do Polo de Formação da Lousã, desenvolvido ao abrigo dos artigos 219.º-A e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atualmente em vigor.
- 1.2. É objeto da presente prestação de serviços a emissão de certificado energético e a avaliação e auditoria energética específica do edifício e anexos, nos termos da alínea d) e f) do art.º 18º do DL n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro, identificando as potenciais medidas de melhoria desse desempenho e de redução da fatura associada aos usos de energia. O trabalho a desenvolver deverá permitir a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à redução, no mínimo, de 30% no consumo anual de energia primária total do edifício, de acordo com os requisitos que se identificam no presente Caderno de Encargos e nas Cláusulas Técnicas, parte integrante deste Caderno de Encargos.
- 1.3. O objeto do Contrato insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para Contratos públicos (CPV), no código 71314000-2 (Serviços relacionados com energia e afins), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### 2. Local da Intervenção

- 2.1. O prédio urbano em avaliação situa-se na rua Dr. António de Lemos, n.º 17, no concelho da Lousã, é constituído por um edifício de 4 pisos, 2 pisos acima da cota de soleira e 2 pisos abaixo da mesma, um logradouro e dois anexos.

### 3. Referência à legislação

- 3.1. O Contrato é regulado pela legislação portuguesa e tem em atenção o disposto no DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro - Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
- 3.2. Na prestação de serviço deverão observar-se:
  - a) O Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de junho, que assegura e promove as melhorias de desempenho energético dos edifícios;
  - b) Os demais diplomas legais e regulamentares em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do Contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo Contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
  - c) As especificações técnicas e instruções dadas pelo IEFP, I.P., para além das normas e disposições legais aplicáveis;
- 3.3. Deverá, ainda, observar-se, no âmbito do PRR a seguinte legislação:
  - a) Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro, na versão que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 102/2021, de 19 de novembro, requisitos aplicáveis a melhoria do desempenho energético de edifício e sistema de certificação energética;
  - b) Nota Técnica da ADENE, NT-SCE-02 relativa a “Edifícios NZEB20 e outros conceitos úteis para acesso a incentivos”;
  - c) Recomendações (UE) 2019/786 de 8 de maio, relativa à renovação dos edifícios, nomeadamente aos graus de Renovação do parque imobiliário da EU (a renovação deve ser média (poupança de energia primária entre 30% e 60%);

### 4. Definições

- 4.1. Entidade Adjudicante ou Contratante: IEFP, I.P., com sede social na Rua de Xabregas, n.º 52, 1949-003 Lisboa, adiante designada por Entidade Adjudicante, Contratante ou IEFP, I.P..
- 4.2. Prestador de Serviços ou Adjudicatário: Entidade com quem, sendo-lhe adjudicada a aquisição de serviços, será celebrado o Contrato a que este Caderno de Encargos diz respeito.

### 5. Contrato

- 5.1. O Contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278º e seguintes do CCP, em especial, o plasmado nos termos dos seus artigos 450º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
- 5.2. O Contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) O presente Caderno de Encargos e anexos;

- b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao Caderno de Encargos prestados no decurso do procedimento pré contratual;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços.
- 5.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

## 6. Prazo do Contrato

- 6.1. O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços em conformidade com os respetivos termos e condições do disposto nos artigos 440º e 451º do CCP, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

## 7. Preço Base da prestação de serviços

- 7.1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante pagará ao Prestador de Serviços o preço constante da proposta adjudicada, não devendo esse valor ser superior a **15.000,00€** (quinze mil euros), que é considerado o preço base, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 7.2. O preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contratante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 7.3. As despesas com qualquer acidente ocorrido no âmbito da atividade da elaboração do estudo, designadamente em deslocações e inspeções ao local, bem como os encargos emergentes do seguro, e dos prejuízos de qualquer natureza causados a terceiros, são da responsabilidade do Prestador de Serviços.

## 8. Obrigações do Contratante

- 8.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o IEF, I.P. obriga-se a:
- a) Designar um Gestor do Contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre o IEF, I.P., e o Prestador de Serviços, no âmbito da execução do Contrato.
  - b) Facultar os elementos que possua e sejam imprescindíveis para o desenvolvimento e elaboração da presente prestação de serviços;
  - c) Prestar informação sempre que seja solicitada pelo Prestador de Serviços no âmbito da presente prestação de serviços;
  - d) Apoiar a intervenção dos autores do estudo junto dos Organismos Oficiais, sempre que eventualmente se torne necessário obter quaisquer elementos indispensáveis à prestação de serviços;
  - e) Credenciar o autor e/ou os seus colaboradores para a recolha de elementos ou para a realização de quaisquer diligências eventualmente necessárias, que ficam, no entanto, exclusiva e inteiramente a cargo do Prestador de Serviços;
  - f) Ao pagamento das taxas referentes ao processo de licenciamento e validação necessários.

## 9. Obrigações do Prestador de Serviços

- 9.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Prestador de Serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:
- a) De prestação do serviço aqui identificado cumprindo as características e requisitos previstos nas especificações técnicas, no prazo estabelecido;
  - b) De cumprir os termos e condições fixados para a prestação de serviços, nomeadamente:
    - i. a cumprir ordens, diretivas ou orientações transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
    - ii. proceder às conclusões das reuniões de acompanhamento com os técnicos do IEF, I.P., indigitados para o efeito;
    - iii. facultar à Entidade Adjudicante toda a documentação relacionada com a prestação de serviços;

- iv. prestar à Entidade Adjudicante, em qualquer tempo, na pendência da prestação de serviços, todas as informações, esclarecimentos e apoio técnico durante a realização da prestação de serviços, nomeadamente no que respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nela incluídas;
  - v. assumir todos os encargos, incluindo equipamentos, necessários para a prestação de serviços;
  - vi. responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do Contrato, realizem tarefas por sua conta, considerando-se como agentes do Prestador de Serviços;
  - vii. assumir plena responsabilidade pelos trabalhos contratados, salvo no caso de erros ou deficiências que resultem diretamente do cumprimento de instruções transmitidas pelo IEFP, IP e que lhe tenham merecido contestação.
- 9.2. O Prestador de Serviços será responsável pela boa prestação dos serviços e deve garantir que o serviço é efetuado por técnico qualificado/habilitado com certificado para o efeito emitido pelo organismo competente, ADENE.
- 9.3. Quanto aos trabalhadores afetos à prestação de serviços, o Adjudicatário deve cumprir e fazer cumprir o estipulado no art.º 57º-A e no art.º 419º-A, por remissão do n.º 2 do art.º 451º do CCP em vigor, no que ao regime de Contrato de trabalho diz respeito.

## 10. Faturação eletrónica

- 10.1. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU, alterada pela Decisão de Execução (EU) 2017/1870 de 16 de outubro e o Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, a Entidade Adjudicante fica obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP em vigor, estando o IEFP, I.P., vinculado à plataforma de faturação eletrónica da ESPAP – FE-ESPAP.
- 10.2. Se o Adjudicatário se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, na sua atual redação – artigo 12.º e 14.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos Contratos públicos, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo IEFP, I.P.
- 10.3. Para efeitos de cumprimento do referido na cláusula anterior, será o Adjudicatário devidamente informado pela Entidade Adjudicante, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.
- 10.4. Por regra, as faturas deverão ser remetidas ao IEFP, I.P. através de meio de transmissão eletrónica de dados, para o endereço [uspfiproc@iefp.pt](mailto:uspfiproc@iefp.pt).
- 10.5. As faturas deverão discriminar a fase da prestação de serviços a que respeita bem como o número de referência do procedimento, devendo ser emitida após indicação do IEFP, I.P.

## 11. Subcontratação e cessão da posição contratual

- 11.1. O Adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar a prestação de serviços a terceiros, sem prévio consentimento da Entidade Adjudicante.
- 11.2. Em caso de subcontratação, total ou parcial, o Adjudicatário continuará a ser único responsável perante a Entidade Adjudicante pelo cumprimento do Contrato.
- 11.3. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual do Contrato, ou quaisquer dos direitos e obrigações emergentes do mesmo, sem consentimento prévio, por escrito, da Entidade Adjudicante.
- 11.4. Para efeitos de consentimento previsto no número anterior, deve:
- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
  - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
- 11.5. As obrigações dependem de prévia autorização das partes e não podem ser efetuadas unilateralmente.

## 12. Cessão da posição contratual por incumprimento

- 12.1. Estando reunidas as condições para a resolução do Contrato por incumprimento do Adjudicatário, o IEFP, I.P. reserva o direito de notificar, por escrito, o Adjudicatário, ordenando que ceda a sua posição contratual a terceiro a indicar nos termos do disposto no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
- 12.2. A cessão da posição contratual por incumprimento opera por mero efeito da comunicação referida no número anterior da presente cláusula, sendo eficaz a partir da data que aí se indicar, transmitindo-se automaticamente para a entidade cessionária.

## 13. Notificações e comunicações

13.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

13.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### 14. Publicidade

14.1. O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização do IEFP, I.P..

#### 15. Direitos de propriedade intelectual

15.1. É garantida a proteção do Direito de Autor e a divulgação, pelo Prestador de Serviços, dos estudos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos do disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na redação atual, e na demais legislação aplicável.

15.2. O Prestador de Serviços garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do Contrato de prestação de serviços não violam direitos de autor de terceiros ou qualquer outro direito de propriedade intelectual.

15.3. Com a entrega dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato, ocorre a transferência dos direitos autorais, nomeadamente do direito patrimonial, salvaguardando os direitos morais.

15.4. Ao IEFP, I.P. é concedido o direito de utilização de todos os conteúdos essenciais e indispensáveis para a finalidade do Contrato entregues no âmbito do mesmo.

15.5. Pela cessão dos direitos autorais não é devida qualquer contrapartida para além dos honorários a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

#### 16. Proteção de dados

16.1. O Adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo, nomeadamente:

- a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Entidade Adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a Entidade Adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
- d) Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
- e) Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à Entidade Adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- f) Prestar assistência à Entidade Adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- g) Consoante a escolha da Entidade Adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- h) Disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado.

16.2. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao Adjudicatário, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a Entidade Adjudicante resolver o Contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

16.3. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no Contrato, desde que tal que lhe possa ser imputável.

16.4. Compete ao Adjudicatário informar imediatamente a Entidade Adjudicante se alguma instrução violar o Contrato celebrado, o Regulamento Geral de Proteção de Dados ou quaisquer outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.

- 16.5. O Adjudicatário autoriza a Entidade Adjudicante ao tratamento dos dados pessoais necessários no âmbito das diligências prévias à formação do Contrato bem como no decurso e para efeitos da execução do mesmo, comprometendo-se a obter, caso se aplique, o prévio consentimento expresso dos titulares dos dados respetivos.
- 16.6. O Adjudicatário autoriza a Entidade Adjudicante ao tratamento dos dados pessoais necessários no âmbito da publicação dos Contratos no portal Base.GOV.

#### **17. Dever de sigilo**

- 17.1. O Adjudicatário, incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados e trabalhadores destes, garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação relativa ao presente procedimento ou do Contrato de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 17.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, ainda que se trate de empresas detidas pelo Adjudicatário ou pertencentes ao mesmo grupo económico, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
- 17.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, e nos termos legais aplicáveis.
- 17.4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **18. Foro competente**

- 18.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **19. Produção de efeitos do Contrato**

- 19.1. Caso o Contrato se enquadre em valor igual e/ou superior a 750.000 € (cfr. o estabelecido no artigo 46.º, n.º 1, alínea b), da LOPTC), está sujeito a fiscalização previa do Tribunal de Contas.
- 19.2. Por regra, este Instituto apenas fará produzir os efeitos, após a obtenção do visto prévio daquele órgão.



## II. DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

### 20. Enquadramento e área de intervenção

- 20.1. O presente Caderno de Encargos diz respeito à realização de auditoria e certificação energéticas do edifício e anexos situado na rua Dr. António de Lemos, n.º 17, na Lousã que será alvo de remodelação com o objetivo de instalar o Polo de Formação da Lousã do Serviço de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.).
- 20.2. O edifício existente, constituído por dois pisos acima da cota de soleira e dois pisos abaixo da mesma, apresenta uma área bruta de construção de cerca de 1360m<sup>2</sup>, um logradouro de 360m<sup>2</sup> e dois anexos. Trata-se de uma construção com paredes e caixilharia simples.

### 21. Âmbito da prestação de serviços

- 21.1. O objeto do contrato consiste na elaboração, de acordo com as especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos, dos seguintes serviços para o edifício referido na cláusula anterior:
- a) Certificado Energético do edifício que integrará o Polo de Formação da Lousã, nos termos da alínea d) do art.º 18º do DL n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro;
  - b) Realização de auditoria energética ao edifício por Perito Qualificado – PQ II, e determinação da classe energética com recurso a simulação energética detalhada, em software aprovado pela Norma ASHRAE 140-2004;
  - c) Identificação das medidas que conduzam a uma melhoria do desempenho energético do edifício tendo como base legal o DL n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro, na sua atual redação;
  - d) Certificado Energético do edifício, nos termos da alínea f) do art.º 18º do DL n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro, devidamente acompanhado do respetivo Relatório de Auditoria Energética, incluindo a caracterização do estado de arte do edifício e classe de eficiência energética bem como medidas de melhoria, que conduzam a uma redução mínima de 30% no consumo anual de energia primária total do edifício, com respetivo impacto na classe energética, poupança e investimento.

### 22. Elementos a fornecer pela Entidade Adjudicante

- 22.1. O IEFP, I.P. fornecerá todas as informações e elementos com relevância para a elaboração do estudo.
- 22.2. O IEFP, I.P. fornecerá os elementos gráficos do edificado existente de que dispõe, levantamento arquitetónico.
- 22.3. O IEFP, I.P. proporcionará, sempre que possível, apoio ao Prestador de Serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de obtenção do certificado energético.

### 23. Caracterização da prestação de serviços

- 23.1. Para a elaboração do estudo objeto da presente prestação de serviços, deverá o Prestador de Serviços inteirar-se dos elementos fornecidos.
- 23.2. **FASE 1 – Avaliação Energética** do edifício. Tendo por objetivo a caracterização dos perfis de utilização do edifício e desagregação dos consumos energéticos por fonte de energia. Entre outras tarefas que o adjudicatário entenda necessárias, deverão ser desenvolvidos os seguintes trabalhos:
- a) Recolha de toda a informação necessária para análise do edifício e seus sistemas técnicos;
  - b) Análise das faturas de energia disponibilizadas;
  - c) Medição dos consumos elétricos através da instalação de equipamentos de medição de energia, na quantidade necessária, nos principais quadros elétricos do edifício, com permanência contínua de, pelo menos, 7 (sete) dias por ponto analisado;
  - d) Diagnóstico de todos os equipamentos de climatização e avaliação do seu estado de limpeza, manutenção e funcionamento;
  - e) Diagnóstico de todos os sistemas de energias renováveis e avaliação do seu estado de limpeza, manutenção e funcionamento;
  - f) Avaliação do tipo e potências dos equipamentos de iluminação artificial interior e exterior e respetivo perfil de funcionamento;
  - g) Avaliação da quantidade térmica da envolvente do edifício;
  - h) Avaliação de outros sistemas e equipamentos consumidores de energia que se afigurem como relevantes e incluídos no âmbito desses trabalhos;
  - i) Desagregação dos consumos energéticos pelo lado da oferta e pelo lado da procura.

### 23.3. FASE 2 – Análise e Relatório de Auditoria

- a) Simulação Dinâmica Multizona, com o objetivo da elaboração de um modelo de simulação multizona. A simulação dinâmica multizona do edifício deverá ser efetuada num software acreditado pela norma ASHRAE 140-2011 e seguindo, no mínimo, as seguintes condições:
  - i. Dados climáticos da localização e aprovados pelo SCE;
  - ii. Zoneamento adequado e em função do tipo de utilização de cada espaço, tipo de climatização e ventilação e exposição solar;
  - iii. Calibração do modelo com um desvio de  $\pm 10\%$  tendo em atenção, numa primeira fase, os dados obtidos na auditoria energética e, numa segunda fase, as faturas dos consumos de energia para um período mínimo de 1 (um) ano;
- b) Aplicação da metodologia de cálculo prevista no Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua atual redação com o objetivo de obtenção dos Índices De Eficiência Energética e Classe Energética. Com base na metodologia de cálculo exposta no Decreto-Lei n.º 101-D/2020, o adjudicatário deverá calcular, para o edifício, os Índices de Eficiência Energética previstos e de referência e, com base nos valores obtidos, determinar as classes energéticas.

23.4. **FASE 3 – Certificado Energético** do edifício. Tendo por objetivo a obtenção dos Índices de Eficiência Energética e Classe Energética. O proponente deverá, com base nos resultados das simulações dinâmicas e das medidas de melhoria identificadas, elaborar o relatório da auditoria onde se demonstre a redução, no mínimo, de 30% no consumo anual de energia primária total do edifício, para posterior uso da equipa projetista na fase de elaboração de projeto.

- a) Emissão de Certificado Energético do edifício que integrará o Polo de Formação da Lousã;
- b) Elaboração de relatórios de Auditoria Energética do edifício;
- c) Emissão de Certificado Energético do edifício, com as medidas de melhoria a candidatar devidamente elencadas.

### 24. Constituição da equipa prestadora de serviços

- 24.1. A elaboração da prestação de serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos ficará a cargo de uma equipa cujo adjudicatário se obriga a ter ao seu serviço profissionais de reconhecida idoneidade moral e adequada formação profissional incluindo, pelo menos, um Perito Qualificado com a vertente de atuação na área de comércio e serviços (RECS).
- 24.2. O Perito Qualificado deverá ter as referidas qualificações há pelo menos 2 (dois) anos, devendo comprovar, ainda, a sua experiência em auditorias energéticas em edifícios de serviços similares ao objeto da presente prestação de serviços.
- 24.3. O Perito Qualificado, será responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de campo a desenvolver no edifício e representará o adjudicatário nas reuniões sempre que para tal seja convocado.
- 24.4. O adjudicatário obriga-se a informar a Entidade Adjudicante qual o Perito Qualificado por si nomeado para garantir a execução do processo de auditoria e certificação energéticas e o respetivo endereço eletrónico para efeitos de troca de informações.
- 24.5. Em caso de impossibilidade, devidamente fundamentada e excecional, poderá o prestador de serviços nomear outro elemento da equipa para representação junto do IEFP, I.P..

### 25. Faseamento e prazo da prestação de serviços

- 25.1. A aquisição objeto do presente Contrato será desenvolvida de acordo com o seguinte faseamento:
  - a) Fase 1 – Avaliação Energética do Edifício];
  - b) Fase 2 – Análise e Relatório de Auditoria];
  - c) Fase 3 – Certificado Energético do edifício].
- 25.2. A prestação de serviços inicia-se após a data de assinatura do Contrato, a partir da data do auto de início da prestação de serviços com uma duração de 10 dias, sem prejuízo dos prazos parciais fixados para cada uma das fases, sendo que os mesmos se contam a partir da data da comunicação da aprovação da fase que precede em dias seguidos de calendário.
- 25.3. Os prazos parciais para a entrega da prestação de serviços objeto do presente Contrato fixam-se da seguinte forma:
  - a) Fase 1 – Avaliação Energética do Edifício] – 5 dias;
  - b) Fase 2 – Análise e Relatório de Auditoria] – 3 dias;
  - c) Fase 3 – Certificado Energético do edifício] – 2 dias.
- 25.4. O não cumprimento dos prazos, da responsabilidade do Prestador de Serviços, poderá levar à aplicação das penalidades previstas na cláusula 30. do presente Caderno de Encargos.

### 26. Acompanhamento da prestação de serviços

- 26.1. Todo o desenvolvimento da prestação de serviços, desde o início (Auto de Início da Prestação de Serviços) até à sua conclusão, será acompanhado por técnicos do IEFP, I.P..

- 26.2. Para o acompanhamento da execução do Contrato, o prestador de serviço fica obrigado a manter, com periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes do IEFP, I.P., das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes. As reuniões poderão ser solicitadas pelo Prestador de Serviços e pelo IEFP, I.P. definindo-se previamente a agenda da respetiva reunião.
- 26.3. O Prestador de Serviços fica, ainda, obrigado a apresentar ao IEFP, I.P., sempre que por este seja solicitado, um memorando da evolução das operações objeto da prestação de serviços.
- 26.4. As dúvidas que o Prestador de Serviços tenha no decurso da elaboração da prestação de serviços devem ser submetidas ao IEFP, I.P., antes do início da elaboração das fases posteriores, tendo em vista a normal prossecução dos trabalhos dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.
- 26.5. Se qualquer fase da prestação de serviços não merecer aprovação, deverão as correções necessárias ser efetuadas num prazo a acordar caso a caso, não podendo o mesmo exceder um terço do previsto no Contrato para essa fase.

## 27. Forma da prestação de serviços

- 27.1. O certificado energético e demais documentos elaborados no âmbito da presente prestação de serviços devem ser integralmente redigidos em português e entregues em suporte de papel e em suporte digital, em número de um por suporte.
- 27.2. As peças escritas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN A4 (210mm x 297mm) com orientação vertical e, nos casos em que se justifique, em DIN A3 (297mm x 42 mm) com orientação horizontal e ter as páginas numeradas. No formato digital os elementos deverão ser apresentados em ficheiro com extensão “.PDF” e “.DOCX”, organizados/agrupados de forma perfeitamente percetível.
- 27.3. Em toda a documentação devem figurar os logotipos PRR, conforme definido no seguinte site <https://recuperarportugal.gov.pt/comunicação>.
- 27.4. Os elementos correspondentes à presente prestação de serviços deverão ser entregues na Direção de Serviços de Instalações do IEFP, I.P., sito na Rua de Xabregas, n.º 52, 1949-003 Lisboa e/ou para o endereço eletrónico is-in@iefp.pt, até ao termo do prazo referido na cláusula 25. do presente Caderno de Encargos.

## 28. Prorrogação dos prazos contratuais

- 28.1. Os prazos referidos na cláusula 25. do presente Caderno de Encargos apenas serão passíveis de prorrogação:
- a) Por requerimento do Prestador de Serviços devidamente fundamentado;
  - b) Por decisão unilateral do IEFP, I.P..
- 28.2. A prorrogação do prazo será objeto de acordo prévio entre as duas partes e não conduzirá à aplicação de penalidades.

## 29. Honorários e condições de pagamento

- 29.1. O pagamento dos honorários devido pela prestação de serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, será efetuado conforme as fases constantes da cláusula 25. do mesmo, contra a apresentação das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações a que se referem mediante a emissão de auto de verificação da prestação de serviços, nos seguintes termos:
- a) 30% do valor adjudicado, relativo à Fase 1, com a conclusão da Avaliação Energética do edifício;
  - b) 40% do valor adjudicado, relativo à Fase 2, com a conclusão da Análise e Relatório de Auditoria;
  - c) 30 % do valor adjudicado, relativo à Fase 3, com a entrega do Certificado Energético.
- 29.2. Os pagamentos contratados serão objeto de reposição do equilíbrio financeiro, designadamente quando os trabalhos forem entregues mais de 1 ano após a data contratada por motivos não imputáveis ao Prestador de Serviços.
- 29.3. Não é exigida a prestação de caução prévia à celebração do Contrato, nos termos do n.º 3 do art.º 88 do CCP, sendo, em cada fase da prestação de serviços, feita a retenção de 5% nos pagamentos a realizar.

## 30. Penalidades por violação dos prazos contratuais

- 30.1. O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços contratada, por factos não resultantes de motivo de força maior, ou cuja justificação não haja sido aceite pelo IEFP, I.P., pode determinar a aplicação de sanção pecuniária diária ao Prestador de Serviços de acordo com o seguinte:
- a) do 1º ao 15º dia - 3/1000/dia dos honorários da fase a que diga respeito;
  - b) do 16º ao 30º dia - 6/1000/dia dos honorários da fase a que diga respeito;
  - c) depois do 31º dia até que o IEFP, I.P. entenda por conveniente rescindir o Contrato - 8/1000/dia dos honorários da fase a que diga respeito, até que o total da penalidade não ultrapasse o limite previsto no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

- 30.2. A aplicação das sanções pecuniárias aqui previstas serão objeto de audiência prévia, a exercer nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, exceto se houver fundado receio de a execução da mesma se frustrar por virtude daquela audiência, nos termos do n.º 3 do mesmo dispositivo legal.
- 30.3. A cobrança das sanções pecuniárias em que o Prestador de Serviços incorra será efetuada através de dedução nos pagamentos a efetuar logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação para o efeito.
- 30.4. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas for protelado por qualquer motivo, o Prestador de Serviços deverá pagar juros de mora à taxa legal.

### **31. Resolução do Contrato por parte do Contratante**

- 31.1. O IEFP, I.P. reserva-se o direito de resolver o Contrato nas situações previstas na lei, designadamente nos artigos 332.º a 335.º do CCP e a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 31.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
- 31.3. No caso de resolução do Contrato com os fundamentos previstos no Artigo 312.º do CCP, o Prestador de Serviços terá direito a receber:
- a) o valor de honorários da fase em curso, caso a resolução ocorra na primeira metade do prazo dessa fase;
  - b) o valor de honorários da fase em curso, acrescidos de 30% do valor dos honorários correspondentes à fase seguinte, caso a resolução ocorra na segunda metade do período contratual de execução da fase em curso:
    - i. 80% do valor dos honorários correspondentes à fase em curso, se a resolução ocorrer até ao termo da primeira metade do período contratual dessa fase;
    - ii. 100% do valor dos honorários correspondentes à fase em curso, se a rescisão ocorrer no decurso da segunda metade do período contratual de execução dessa fase ou se verificar após a entrega da mesma e antes da sua apreciação e aprovação pela Entidade Adjudicante.

### **32. Resolução do Contrato por parte do Prestador de Serviços**

- 32.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros.
- 32.2. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IEFP, I.P., que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 32.3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.